



ACÓRDÃO Nº479/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11229/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Careiro da Várzea.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Almir Rodrigues Pinheiro (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 762/2019-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Careiro da Várzea. Exercício de 2016.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Encaminhamento. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Careiro da Várzea, exercício de 2016, sob a responsabilidade do **Sr. Almir Rodrigues Pinheiro**, nos termos dos arts. 22, III e art. 25, da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, da Resolução 04/02-TCE/AM;

10.2. Aplicar Multa ao Sr. Almir Rodrigues Pinheiro no valor de **R\$ 6.900,00** (seis mil e novecentos reais), com fulcro no art. 54, III da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, V, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pela prática de ato antieconômico e gasto do dinheiro público de forma injustificada pelo gestor, referente à restrição IV da Proposta de Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;



ACÓRDÃO Nº479/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Almir Rodrigues Pinheiro no valor de **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais), com fulcro no art. 54 da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pelas irregularidades aqui elencadas, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.4. Considerar em Alcance o Sr. Almir Rodrigues Pinheiro no montante de **R\$ 25.392,85** (vinte e cinco mil, trezentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos), nos termos do art. 304 c/c art. 305 da Resolução 04/2002 – TCE/AM, pelos danos ao erário arrolados neste voto, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, pelas improbidades apontadas, no prazo de 30 (trinta) dias;

10.5. Determinar ao setor competente a instauração de Cobrança Executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;

10.6. Encaminhar os autos da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Careiro da Várzea, exercício de 2016, sob a responsabilidade do **Sr. Almir Rodrigues Pinheiro**, para o **Ministério Público do Estado do Amazonas**, para tomar as providências que entender necessárias, nas esferas civil e penal, para apurar a ocorrência de possíveis atos de improbidade administrativa;

10.7. Determinar ao atual Presidente da Câmara Municipal de Careiro da Várzea a adoção das seguintes medidas:

10.7.1. Que conduza estudo com o escopo de verificar se de fato é mais vantajoso para a Administração Pública continuar celebrando contratos de locação ao invés de adquirir transportes próprios;

10.7.2. Que preze pela transparência na gestão fiscal, de forma a fazer constar na prestação de contas de diárias toda a documentação que respalde a viagem efetivada, inclusive os comprovantes de embarque e desembarque e hospedagem;

10.7.3. Que observe com rigor o estipulado na Lei 8.666/93, sobretudo o



ACÓRDÃO Nº479/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

que se refere às publicações dos procedimentos licitatórios, bem como a regra de tramitação dos mesmos, que devem ser iniciados com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente;

10.7.4. Que estabeleça normas e procedimentos com vista a realizar o controle dos gastos com combustível, determinando a quantidade requisitada do combustível para abater do valor contratado, a identificação dos veículos abastecidos para aferir correspondência com atividades ligadas a cada órgão e os dias dessas transações para subsidiar o planejamento com esse tipo de gasto, bem como a apresentação das respectivas notas fiscais;

10.7.5. Que adote a efetiva prática de controle dos materiais de consumo, bem como que as quantidades sejam racionalizadas, conforme a real necessidade do órgão;

10.7.6. Que observe a necessidade de realização de concurso público para dar provimento aos cargos públicos efetivos em vacância, com fulcro no art. 37, II da Constituição Federal;

10.8. Determinar à Comissão de Inspeção dos exercícios subsequentes:

10.8.1. Que verifique se foi observado de forma adequada o disposto no artigo 94 a 96, da Lei nº 4.320/64, que determina a necessidade do controle de materiais em estoque no almoxarifado e registro sintético dos mesmos, para que a Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea evite a reincidência deste tipo de situação;

10.8.2. Que analise se foram adotadas as medidas saneadoras da restrição IX, no momento de realização da próxima auditoria *in loco* e certifique se houve o cumprimento desta recomendação;

10.9. Recomendar à Câmara Municipal de Careiro da Várzea que substitua a prática constante no item IV, implementando por meio de Lei ou Resolução, caso seja cabível, o fornecimento de auxílio alimentação aos seus servidores.

11- Ata: 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Junho de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº479/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral